

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****QUESTÕES**

Na prova de 1ª Fase da OAB, assuntos que mais caem em **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

São:

PRINCÍPIOS GERAIS, CONCEITO, FINALIDADE, CARACTERÍSTICAS;

INQUÉRITO POLICIAL;

PROVA;

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E ACORDO DE NÃO

PERSECUÇÃO PENAL (ANPP);

RESTRIÇÃO DE LIBERDADE.

Abaixo, 10 questões comentadas sobre esses assuntos:

01. Denis cumpria pena em regime fechado, após ser definitivamente condenado, quando ocorreu um movimento de subversão da ordem e disciplina dentro do ambiente carcerário.

No inquérito disciplinar consta que cerca de cem presos rebelados incendiaram colchões e tentaram fugir, permanecendo a situação de rebelião por cerca de cinco dias, até que eficaz ação da polícia penal cessou o movimento. Todos os cem presos da ala em que Denis cumpre pena foram indiciados no âmbito disciplinar, indistintamente e sem individualização de condutas.

Considerando o caso narrado, assinale o princípio de Direito Penal a ser utilizado pela defesa a fim de evitar a condenação de Denis.

A) O princípio da isonomia, pelo qual deve ser garantida idêntica sanção penal a todos os presos envolvidos na rebelião.

B) O princípio da lesividade, que impede a punição pela falta grave quando esta não foi efetivamente consumada.

C) O princípio da culpabilidade, que demanda que haja identificação individualizada da responsabilidade penal de cada um dos envolvidos.

D) O princípio da legalidade, pelo qual se exige que haja prévia disposição legal, de forma estrita e escrita, da falta disciplinar de natureza grave.

02. A Polícia Civil ingressou na residência de Gustavo com o objetivo de cumprir mandado de prisão em desfavor de seu filho, Mariano, o qual era acusado de tráfico de drogas. A ordem de prisão foi expedida pelo Juiz de Direito da Comarca. Durante o cumprimento do mandado de prisão, a Polícia pegou o telefone celular de Gustavo, desbloqueado, que estava sobre uma mesa da residência e, sem sua autorização, passou a verificar seu conteúdo, constatando material de pornografia infantil, armazenado e compartilhado via aplicativo de troca de mensagens instantâneas, acessível pela internet a partir de qualquer país. Diante disso, a Polícia imediatamente realizou a prisão em flagrante de Gustavo. Sobre o meio de obtenção da prova extraída do celular de Gustavo, assinale a afirmativa correta.

A) É nula, e a nulidade decorre do fato de ser a pornografia infantil na internet crime de competência federal, de forma que somente a Polícia Federal poderia realizar a prisão em flagrante.

B) É válida, pois foi um encontro fortuito de provas, uma vez que os policiais tinham autorização legal para ingresso no domicílio de Gustavo e Mariano.

C) É ilícita, pois o cumprimento de mandado de prisão não compreende a autorização para busca em residência ou para o acesso a dados telemáticos, o que demandaria ordem judicial específica.

D) É anulável, porque somente com um mandado de busca e apreensão se poderia livremente acessar o conteúdo de comunicações telemáticas, ainda que diversos fossem o objeto ou o destinatário do mandado, podendo a autoridade judiciária, entretanto, ratificar a diligência.

03. Em uma situação hipotética, M., supostamente autora de uma infração penal, foi indiciada e está em liberdade. No que diz respeito ao prazo no contexto do inquérito policial, identifique a afirmativa correta.

A) Possui prazo impróprio e não há qualquer limitação temporal à sua conclusão, não se podendo falar em constrangimento ilegal em virtude de demora excessiva em sua tramitação.

B) O inquérito deverá ser concluído no prazo de trinta dias, podendo, esse prazo, quando o fato for de difícil elucidação, ser prorrogado, desde que para a realização de diligências necessárias.

C) O inquérito policial possuirá o denominado prazo impróprio e não haverá qualquer limitação temporal à sua conclusão, não se podendo vislumbrar constrangimento ilegal em virtude de demora excessiva em sua tramitação, pois há a necessidade de apuração



de indícios mínimos de autoria e materialidade para subsidiar futura denúncia do Ministério Público.

D) O inquérito policial possui prazo próprio, devendo ser concluído impreterivelmente em trinta dias e como o inquérito policial é processo administrativo, em seu bojo devem ser asseguradas à investigada, todas as garantias processuais previstas na Constituição Federal. Certo é que eventual nulidade nessa etapa da persecução penal tem o condão de anular a ação penal, eventualmente, deflagrada. Trata-se de nulidade absoluta.

04. Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.

C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.

D) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

05. Hermes responde, em juízo, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado. Finda a instrução processual, o Ministério Público apresentou alegações finais, requerendo a condenação do acusado. Por sua vez, a defesa técnica postulou a absolvição do réu, por insuficiência probatória. Ao analisar o feito, o juízo verificou que consta do processo, apenas, os elementos informativos colhidos na investigação, além de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, todas produzidas durante a etapa do inquérito policial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial,

A) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nem tampouco nas provas antecipadas. Por outro lado, a decisão judicial pode estar fundamentada em provas cautelares e não repetíveis.

B) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nem tampouco nas provas cautelares. Por outro lado, a decisão judicial pode estar fundamentada em provas não repetíveis e antecipadas.

C) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nem tampouco nas provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

D) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

06. No momento do interrogatório do réu, a juíza inicia o ato informando ao réu de seu direito ao silêncio. De pronto, o réu informa que responderá apenas às perguntas formuladas pela defesa. Diante dessa afirmativa, a magistrada encerra o ato, alertando ao réu que o direito ao silêncio não pode ser exercido dessa forma. Na qualidade de defensor público, é correto:

A) Alertar o réu de que ele deve responder às perguntas de todos os presentes, pois o direito ao silêncio é destinado apenas às testemunhas.

B) Pedir para constar em ata o inconformismo da defesa com o encerramento precoce do ato, indicando que o réu tem direito ao silêncio parcial, respondendo apenas às perguntas que quiser e de quem quiser.

C) Pedir para constar em ata o inconformismo da defesa com o encerramento do ato, indicando existir previsão legal expressa sobre o silêncio parcial.

D) Alertar o réu de que o direito ao silêncio pode ser exercido de forma parcial, podendo ele se negar a responder às perguntas formuladas pelo Ministério Público, mas não pelo juízo.

07. Drogo, maior e capaz, em 2022 foi beneficiado com transação penal, em decorrência de processo que tinha como objetivo crime de menor potencial ofensivo, com cumprimento de pena restritiva de direitos. Após determinado período, Drogo começou a frequentar curso profissionalizante e ter uma vida social adequada. Ocorre que, em 2026, Drogo se envolveu em uma discussão no curso, por não concordar com uma frase dita por Ragnar, seu colega de classe. Após o acalorado debate, Drogo aguardou todos saírem da sala de aula e,



longe do olhar de testemunhas, subtraiu o computador de seu colega. Contudo, foi preso em flagrante em razão do sistema de monitoramento por câmeras, com restituição da *res furtiva* ao proprietário. Na fase extrajudicial, Drogo confessou ser o autor do crime patrimonial.

Considerando a situação hipotética:

A) Drogo deverá responder pela prática de crime contra o patrimônio, porquanto a discussão verbal antecedente é causa impeditiva da concessão do acordo de não persecução penal.

B) Drogo terá direito ao benefício do acordo de não persecução penal, haja visto ter confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça, e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.

C) Não poderá ser beneficiado com o acordo de não persecução penal, porquanto foi beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, com transação penal.

D) Com o crime atribuído a Drogo é hediondo, não fará jus ao acordo de não persecução penal.

08. Henrique, em um dia de fúria, agrediu sua esposa, Marlene. Apesar das lesões terem sido leves, foram comprovadas por laudo de lesões corporais. O Ministério Público (MP), quando do oferecimento da denúncia, deixa de oferecer ANPP ou qualquer outro instituto despenalizador, por se tratar de crime com violência no âmbito da Lei Maria da Penha. Assinale a alternativa correta acerca da atuação do órgão ministerial.

A) Deveria o MP ter oferecido ANPP, pois a ausência de violência ou grave ameaça não é requisito para o oferecimento do acordo previsto no art. 28-A do CPP.

B) Deveria o MP ter oferecido a suspensão condicional do processo, pois é cabível em casos envolvendo violência ou grave ameaça.

C) A atuação do MP está correta, vez que, apesar de não haver previsão expressa impedindo a utilização de institutos despenalizadores em casos envolvendo violência doméstica, familiar ou afetiva, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é no sentido de impedir a aplicação desses benefícios penais nesses casos.

D) A atuação do MP está correta, em razão de haver previsão expressa impedindo a utilização dos institutos despenalizadores em casos envolvendo violência doméstica, familiar e afetiva.

09. Considere as seguintes situações hipotéticas de pessoas que estão presas preventivamente:

-Marilda, gestante, cometeu crime de roubo juntamente com outros três indivíduos e mediante emprego de arma de fogo.

-Ricardo, único responsável pelos cuidados do seu filho Mateus, de 10 anos de idade, cometeu crime de estelionato.

-Rodolfo, 75 anos de idade, cometeu crime de concussão.

-Giselda, mãe de dois filhos (Renato de 13 anos e Gael de 14 anos) cometeu crime de "lavagem" de bens, previsto na Lei nº 9.613/1998.

Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, presentes 05 demais requisitos legais, o juiz poderá, em tese, substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar APENAS para:

A) Marilda e Giselda.

B) Marilda, Rodolfo e Giselda.

C) Ricardo, Rodolfo e Giselda.

D) Ricardo.

10. Lucas, guarda municipal na cidade *Alfa*, pós-graduado em Direito Processual Penal, foi convidado a palestrar no curso de formação dos novos colegas sobre as regras aplicáveis à prisão em flagrante. A abordagem de Lucas, que mesclou temáticas teóricas com aspectos práticos, foi tida como essencial pelos agentes públicos. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é **incorreto** afirmar que

A) da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

B) imediatamente após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

C) quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.



GABARITO COMENTADO

01. LETRA C

O princípio da CULPABILIDADE é um conceito fundamental que estabelece que uma pessoa só pode ser punida por um crime se for considerada CULPA da. Este princípio é a base para a ideia de que a responsabilidade penal é pessoal e subjetiva, ou seja, só pode ser atribuída a quem cometeu o ato delituoso de forma voluntária e consciente. O princípio da culpabilidade serve para limitar o poder do Estado no âmbito do direito penal. Ele impede que sejam atribuídas penas injustas ou desproporcionais e garante que ninguém seja punido por um ato que não cometeu de forma consciente e voluntária.

02. LETRA C

Conforme o entendimento do STJ, se a polícia entra na residência especificamente para efetuar uma prisão, ela não pode vasculhar indistintamente o interior da casa porque isso seria uma "pescaria probatória", com desvio de finalidade. Vejamos:

Admitir a entrada na residência especificamente para efetuar uma prisão não significa conceder um salvo-conduto para que todo o seu interior seja vasculhado indistintamente, em verdadeira pescaria probatória (fishing expedition), sob pena de nulidade das provas colhidas por desvio de finalidade. STJ. 6ª Turma. HC 663.055-MT, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 22/03/2022 (Info 731).

03. LETRA-B

Art. 10, CPP - O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

04. LETRA - D

Art. 11 do CPP. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

05. LETRA-D

Art. 155 do Código de Processo Penal:

"O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas."

◆ Assim, o juiz não pode condenar com base apenas em provas do inquérito policial.

◆ Exceção: provas cautelares, não repetíveis e antecipadas são válidas mesmo que colhidas fora do contraditório judicial — pois possuem maior confiabilidade.

06. LETRA-B

Art. 186, caput, e parágrafo único, do CPP:

"Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o réu será informado de que poderá permanecer calado, e que o seu silêncio não importará em confissão."

"O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa."

◆ O direito ao silêncio é amplo e pode ser exercido de forma total ou parcial, conforme reconhecido pela jurisprudência do STF e do STJ.

◆ O réu pode optar por responder apenas a algumas perguntas ou somente às formuladas por sua defesa, sem que isso gere qualquer prejuízo ou interpretação desfavorável.

A conduta da magistrada viola o direito à não autoincriminação (nemo tenetur se detegere) e o direito à ampla defesa.

07. LETRA-C

Art. 28-A, §2º, II, do CPP:

O acordo de não persecução penal não será proposto nos casos em que: [...] II – o investigado tiver sido beneficiado nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo."

◆ Drogo foi beneficiado com transação penal em 2022, e o novo crime ocorreu em 2026 → portanto, dentro do prazo de 5 anos.

◆ Logo, a vedação legal é expressa, mesmo que o novo crime seja sem violência e com pena mínima inferior a 4 anos.

08. LETRA-D

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006):

Art. 41 – Lei 11.340/2006:

"É vedada a aplicação dos arts. 76 e 89 da Lei 9.099/1995 àqueles que praticarem infrações penais com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, independentemente da pena prevista."

◆ Art. 76, Lei 9.099/95 → trata da transação penal

◆ Art. 89, Lei 9.099/95 → trata da suspensão condicional do processo (sursis processual)

Ou seja: há vedação legal expressa à aplicação dos



institutos despenalizadores da Lei dos Juizados Especiais nos casos de violência doméstica contra a mulher.

E o ANPP (Acordo de Não Persecução Penal)?

Embora o art. 28-A do CPP não traga vedação expressa ao ANPP nesses casos, parte da doutrina e a jurisprudência (como o STJ no HC 590.698/SP) interpreta sistematicamente a norma, equiparando o ANPP aos institutos da Lei 9.099/95, excluindo sua aplicação quando houver violência doméstica e familiar.

Base legal direta: Art. 41 da Lei Maria da Penha

O Ministério Público agiu corretamente ao não propor transação penal, sursis ou ANPP, em linha com a interpretação restritiva protetiva da vítima.

09. **LETRA-D**

Ricardo, homem, único responsável por filho de 10 anos

- **Art. 318, VI, CPP:** permite prisão domiciliar.
- Estelionato: crime **sem violência ou grave ameaça** → não há impedimento do art. 318-A.
✓ **Pode ter a preventiva substituída por domiciliar.**

10. **LETRA-B**

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§ 1 Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

